

TEMER PODE ANULAR PROJETO DE BORNHAUSEN

Presidente da Câmara espera acordo entre o relator, deputados e militantes ligados ao meio ambiente

O presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer (PMDB-SP), afirmou ontem que aguardará um consenso até sexta-feira entre ambientalistas, deputados ligados ao meio ambiente e o deputado Paulo Bornhausen (PFL-SC), relator do substitutivo ao projeto de lei que trata da utilização e proteção da mata atlântica. Sem acordo, Temer vai deferir o requerimento do deputado Luciano Zica (PT-SP), que apontou irregularidades regimentais na tramitação do projeto. O deferimento resultará na anulação da votação que aprovou o substitutivo dia 22 e na volta do texto original, do secretário do Meio Ambiente de São Paulo, Fábio Feldmann.

“A Comissão de Minas e Energia extrapolou os limites na análise do mérito da questão”, disse Temer. A

reunião, prevista para sexta-feira em Brasília, está sendo costurada entre Zica e Bornhausen. A intenção é fazer um acordo. Aprovaria-se o regime de urgência para o projeto, a questão de ordem seria analisada e ele voltaria à Comissão

de Minas e Energia. Lá, receberia nova redação e seria votado na semana que vem, extirpando pontos considerados inegociáveis pelos ambientalistas, como a criação das câmaras municipais com poderes para autorizar desmatamentos.



Feldmann: restinga

Arquivo/AE

“Nesses dois anos em que o Bornhausen vem cozinhando o projeto, nós enviamos centenas de sugestões e ele não acatou uma sequer”, criticou Mário Mantovani, presidente da Fundação SOS Mata

Atlântica. Para Mantovani, um dos convidados da reunião de sexta-feira em Brasília, o fundamental é limitar o corte de mata primária e secundária em estado médio e avançado de regeneração. Bornhausen quer negociar a autonomia para que

cada Estado faça a definição do que é área de preservação da mata, hoje tarefa do governo federal.

Na semana passada, o presidente do Ibama, Eduardo de Souza Martins, foi também convidado por Bornhausen a participar da reunião de Brasília. Martins disse que o projeto representa um avanço na discussão sobre o manuseio sustentado da floresta, já que o Decreto 750, que tratava da questão antes do substitutivo ao projeto do então deputado Feldmann, era considerado muito restritivo. “Do jeito que estava, o projeto proibia até o corte de grama na mata atlântica”, comentou. Feldmann, que defende a manutenção das restrições, disse que o que o presidente do Ibama chama de “grama” a comunidade científica chama de restinga.

29/10/97
174